



Art. 2º A concessão da gratuidade poderá ser condicionada à identificação do beneficiário, mediante critérios, prazos e procedimentos a serem definidos pelo Poder Executivo.

Art. 3º O Poder Executivo deverá observar, quando da eventual instituição da gratuidade, o disposto no art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com a devida estimativa de impacto orçamentário-financeiro e indicação das medidas de compensação cabíveis.

Art. 4º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 26 de janeiro de 2026.

**ANTONIO CARLOS APRIJO
VEREADOR - REPUBLICANOS**



JUSTIFICATIVA

O presente Projeto Indicativo tem por finalidade recomendar ao Poder Executivo Municipal a adoção de medidas voltadas à concessão de gratuidade no uso do estacionamento rotativo pago a grupos sociais que enfrentam maiores dificuldades de mobilidade, saúde ou exercício funcional.

A proposta busca atender servidores públicos municipais em horário de serviço, pacientes em tratamento oncológico, pessoas com deficiência, mães ou responsáveis legais de pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e portadores de doenças graves, assegurando maior acessibilidade, dignidade e inclusão social.

Opta-se pela via do Projeto Indicativo, nos termos do art. 136 do Regimento Interno da Câmara Municipal da Serra, em razão de se tratar de matéria cuja iniciativa legislativa é de competência do Chefe do Poder Executivo, especialmente por envolver a gestão de serviço público e eventual renúncia de receita, preservando-se o princípio da separação e harmonia entre os Poderes.

Sala das Sessões, 26 de janeiro de 2026.

ANTONIO CARLOS APRIJO
VEREADOR - REPUBLICANOS

